



Número: 0702763-79.2024.8.07.0014

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Cível do Guará**

Última distribuição : **15/03/2024**

Valor da causa: **R\$ 198.133,18**

Assuntos: **Bancários**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
MARISA DA COSTA BAPTISTA (AUTOR)	
	LUCIANO ALCANTARA BOMM (ADVOGADO)
BANCO PAN S.A (REU)	
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A (REU)	
NU PAGAMENTOS S.A. (REU)	
EAGLE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A. (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
190136530	15/03/2024 14:51	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
190136532	15/03/2024 14:51	<a href="#">2 Procuração</a>	Procuração/Substabelecimento
190136533	15/03/2024 14:51	<a href="#">3 Declaração de hipossuficiência</a>	Declaração de Hipossuficiência
190136536	15/03/2024 14:51	<a href="#">4 Contracheque</a>	Outros Documentos
190136539	15/03/2024 14:51	<a href="#">5 Empréstimo pessoal</a>	Documento de Comprovação
190136541	15/03/2024 14:51	<a href="#">6 Empréstimo consignado</a>	Documento de Comprovação
190136543	15/03/2024 14:51	<a href="#">7 Empréstimo consignado</a>	Documento de Comprovação
190138647	15/03/2024 14:51	<a href="#">8 Extrato bancário</a>	Outros Documentos
190138650	15/03/2024 14:51	<a href="#">9 Extrato Nubank</a>	Outros Documentos
190138667	15/03/2024 14:51	<a href="#">10 Documento pessoal</a>	Documento de Identificação
190207919	15/03/2024 20:27	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



LUCIANO ALCÂNTARA BOMM

Escritório de Advocacia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DO FORO  
DA COMARCA DE GUARÁ – DISTRITO FEDERAL**

**MARISA DA COSTA BAPTISTA**, brasileira, aposentada, portadora da Cédula de Identidade nº 605579, inscrita no CPF/MF sob o nº 225.114.82134, residente e domiciliada na QI 06, conjunto Q, casa 15 fundos, Guará/DF, CEP 71010174, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seu advogado, instrumento de mandato incluso (anexo), com escritório profissional na Rua Euripedes Garcez do Nascimento, 767, Ahú, Curitiba/PR, onde recebe intimações, com fulcro na Lei 14.871/2021 e demais disposições atinentes à matéria, propor a presente

**AÇÃO DE REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS (SUPERENDIVIDAMENTO)  
com pedido liminar**

devendo figurar no polo passivo, **BANCO PAN S.A.**, instituição financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 59.285.411/0001-

[www.alcantarabomm.com.br](http://www.alcantarabomm.com.br)

E-mail: [contato@alcantarabomm.com.br](mailto:contato@alcantarabomm.com.br)

Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM

Escritório de Advocacia

13 com sede na Avenida Paulista, nº 1.374 - 12º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01311-300, **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ/ME, 02.038.232/0001-64, com sede no St de Industrias Gráficas, quadra 06, nº 2080, Plano Piloto, Brasília/DF, CEP 70.610-460, **EAGLE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.745.537/0001-19, com sede na Rua Furriel Luiz Antônio de Vargas, nº 250, 14º andar sala A, Bela Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.470-130, **NU PAGAMENTOS S.A. INSTITUICAO DE PAGAMENTO**, instituição financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 18.236.120/0001-58, com sede na Rua Capote Valente, nº 120, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-000 pelas razões que passa a aduzir.

## I. JUSTIÇA GRATUITA

A parte autora expressamente declara, através da declaração de hipossuficiência (anexo), que não possui condições financeiras de arcar com o pagamento de custas, honorários, despesas processuais e demais emolumentos, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, razão pela qual requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei 1060/50, artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República e art. 98 e seguintes do CPC.

Conforme se observa da própria natureza da presente demanda, a parte autora está em situação de superendividamento, recebendo renda líquida mensal de R\$ 3.110,60 (três mil e cento e dez reais e sessenta centavos), conforme holerite

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





Para demonstrar a situação financeira da parte autora, segue abaixo a relação de suas dívidas com as instituições financeiras requeridas. Veja-se:

Contrato	Banco	QTD Parcela	Valor da Parcela	Total
Consignado	Pan	87	R\$ 115,25	R\$ 10.026,75
Consignado	Sicoob	84	R\$ 272,08	R\$ 22.854,72
Consignado	Sicoob	80	R\$ 1.620,54	R\$ 129.643,20
Consignado	Eagle	95	R\$ 217,92	R\$ 20.702,40
Cartão consignado	Pan	x	R\$228,11	x
Empréstimo pessoal	Sicoob	17	R\$876,83	R\$ 14.906,11
Empréstimo pessoal	Nubank	x	R\$328,40	x
		Total:	R\$ 3.659,13	R\$ 198.133,18

Conforme se observa, a parte autora possui uma dívida mensal de R\$ 3.659,13 (três mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e treze centavos), o que ultrapassa a sua renda e a possibilidade de estar adimplente com as suas obrigações e, ao mesmo tempo, conseguir se sustentar.

Com efeito, a imposição do pagamento das despesas processuais ao demandante se transformará em verdadeira negativa de acesso à justiça, uma vez que a sua renda está altamente comprometida com o pagamento de prestações às instituições financeiras requeridas.

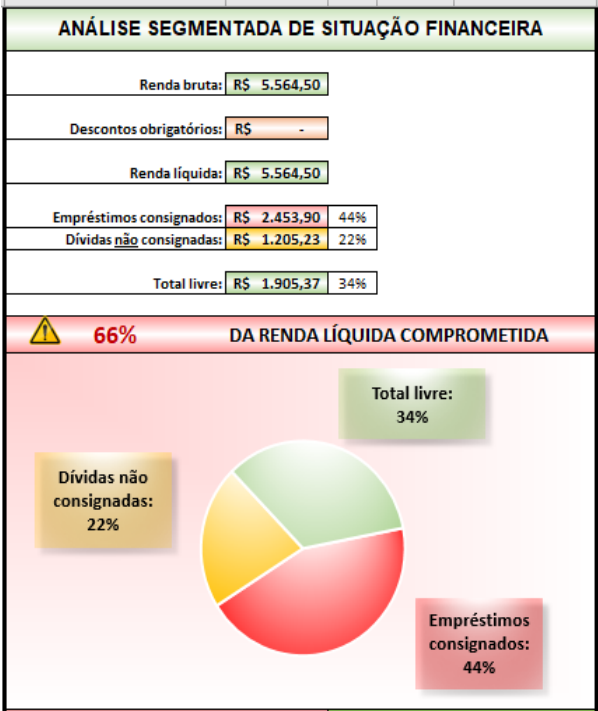
3







LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia



Somando apenas parte das dívidas que a parte autora possui com as instituições financeiras requeridas, chega-se ao montante alarmante de mais de **R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil)** (valores sem atualização), o que demonstra claramente a sua situação de superendividamento. Veja-se:

Contrato	Banco	QTD Parcela	Valor da Parcela	Total
Consignado	Pan	87	R\$ 115,25	R\$ 10.026,75
Consignado	Sicoob	84	R\$ 272,08	R\$ 22.854,72
Consignado	Sicoob	80	R\$ 1.620,54	R\$ 129.643,20
Consignado	Eagle	95	R\$ 217,92	R\$ 20.702,40
Cartão consignado	Pan	x	R\$228,11	x
Empréstimo pessoal	Sicoob	17	R\$876,83	R\$ 14.906,11
Empréstimo pessoal	Nubank	x	R\$328,40	x
		Total:	R\$ 3.659,13	R\$ 198.133,18

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

Importante ressaltar que a parte autora já não vem conseguindo promover o seu próprio sustento diante do pagamento das dívidas, fazendo-se necessário a obtenção de novos empréstimos para pagar os antigos e pagar as contas pessoais, situação esta que se perpetuará caso não haja a possibilidade de repactuação.

Logo, em razão dos fatos descritos, motivado pela necessidade de regularização de sua situação financeira em busca de assegurar um mínimo existencial para si, a parte autora propõe a presente ação de repactuação de dívidas.

### **III. DO DIREITO. DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Induvidosamente, a relação jurídica havida entre as partes é de consumo, porque a parte demandante adquiriu, como consumidora final (art. 2º, CDC), um produto da parte requerida, que é a fornecedora real (art. 3º, CDC).

Consequentemente, a análise dos contratos em estudo deverá ser feita à luz da Lei 8.078/902, inclusive sob a premissa de que as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor (art. 47, CDC).

[www.alcantarabomm.com.br](http://www.alcantarabomm.com.br)  
E-mail: [contato@alcantarabomm.com.br](mailto:contato@alcantarabomm.com.br)  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

A revisão, modificação ou repactuação de cláusulas contratuais dos contratos de consumo é um direito do consumidor expressamente consignado no art. 6º, V e no §4º do art. 51, ambos do CDC.

Mais do que isso, a Lei consumerista classifica como hipótese de nulidade de pleno direito a previsão de cláusulas contratuais que estabelecem ***“obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade”*** (art., 51, IV, CDC).

Soma-se a isso a hipossuficiência técnica da REQUERENTE e sua hiper vulnerabilidade econômica, sendo evidente, portanto, tratar-se de relação consumerista, o que exige a aplicação das normas dispostas no Código de Defesa do Consumidor.

Em geral, vigora a regra prevista no Art. 373, I do Código de Processo Civil, de modo que seria incumbido à AUTORA, o ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito.

Entretanto, o mesmo Art. 373, no §1º, determina que nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades relacionadas à impossibilidade ou excessiva dificuldade para obter as provas dos fatos, o juízo poderá atribuir o ônus da prova de maneira diversa daquela determinada como uma das regras gerais da processualística.

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893







LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

No presente caso, é imperiosa a inversão do ônus da prova pelas duas razões, uma vez que **i)** é extremamente dificultoso para a REQUERENTE estabelecer provas além daquelas documentalmente trazidas aos autos; **ii)** o próprio Código de Defesa do Consumidor, prevê a possibilidade de que seja invertido o encargo probante, em razão da hipossuficiência do elo mais frágil da relação consumerista.

Por tais razões, requer-se que este d. juízo determine a inversão do ônus das provas para àquelas evidências que só poderiam ser formuladas e apresentadas pelo próprio Banco requerido, ou aquelas que o requerido tenha maior facilidade em produzir, em especial: **i)** todos os instrumentos contratuais das dívidas que se pretende repactuar existentes entre a parte autora e o Banco requerido, contendo o número dos contratos, a quantidade total de parcelas, e o valor das parcelas; e **ii)** a evolução atualizada da dívida, informando quantas parcelas já foram adimplidas pela parte autora, de modo a possibilitar a posterior confecção de **Plano de Pagamento.**

#### IV. DO SUPERENDIVIDAMENTO

A Lei do Superendividamento foi incorporada ao CDC para estabelecer normas que buscam a proteção do consumidor frente às abusividades perpetradas indiscriminadamente por empresas e prestadores de serviços. Nessa esteira, consignou o § 1º do Art. 54-A do CDC que:

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM

Escritório de Advocacia

**§ 1º Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.**

Este é exatamente o caso da parte autora, que se vê diante da necessidade de propor a presente demanda judicial para repactuar suas obrigações e conseguir viver com dignidade e com seu nome limpo, podendo retornar a participar do mercado de consumo.

A autora encontra-se em estado de insolvência, incapaz de pagar suas dívidas, visto que, ao adimplir com as obrigações, sua subsistência estaria prejudicada, impossibilitando-a de pagar por bens essenciais como comida, aluguel, água, luz e telefone.

Como visto, apenas com dívidas de prestações continuadas (empréstimos pessoais e empréstimos consignados), excluindo cartão de crédito e gastos pessoais do dia a dia, a renda da parte autora já está **66% comprometida**, o que a impossibilita de arcar com o seu sustento básico de alimentação, vestuário, lazer, transporte, moradia e outros.

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

Em específico, se está diante de uma situação de hiper vulnerabilidade da parte REQUERENTE em face dos RÉUS. Conforme estipula o CDC em seu Art. 4º, inciso I:

***“Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:***

***I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;”***

Tal dispositivo tem de ser analisado em conjunto com o inciso X, incluídos pela Lei nº 14.181/2021, que trata sobre o superendividamento, colocando a prevenção e tratamento deste mal como forma de inclusão social do consumidor hiper vulnerável, permitindo-o participar com dignidade do mercado de consumo moderno. Veja-se:

***“Art. 4º [...] X - prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.”***

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

Portanto, em face da vulnerabilidade de fato, o consumidor merece a proteção jurídica da legislação, conforme inciso X, do art. 4º, do Código de Defesa do Consumidor. No caso, a parte autora preenche todos os requisitos para se enquadrar na Lei do Superendividamento.

Diante da situação específica dos autos – superendividamento e hiper vulnerabilidade – qualquer infração aos ditames da boa-fé objetiva e do estabelecido no ordenamento jurídico pátrio resultará na anulação dos negócios jurídicos firmados.

O fundamento da ação, inclusive, possui cunho constitucional, baseado num dos princípios fundamentais da ordem democrática, presentes no Art. 1º, III, da CF. Veja-se:

***“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana”.***

Diante disso, a tutela pleiteada visa a proteção da dignidade do consumidor e visa proteger o mínimo existencial da parte autora.

Ocorre que o superendividamento da parte autora não permite a fruição plena destes direitos fundamentais que

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

proporcionam a dignidade ao cidadão, sendo que o que se pretende com a presente demanda é justamente preservar esses direitos abrangidos pelo mínimo existencial, tais como alimentação, vestimenta, manutenção da saúde, educação e despesas importantes como água e luz.

Nesse sentido é possível destacar a vasta jurisprudência dos Tribunais Pátrios, que adotam o entendimento de que a limitação dos descontos dos rendimentos líquidos em patamar inferior, qual seja, de 30% (trinta por cento), atende aos referidos princípios, conforme se constata dos julgados abaixo:

**“0021500-64.2016.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO DES. SERGIO SEABRA VARELLA - Julgamento: 22/06/2016 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR. Agravo de instrumento. Relação de Consumo. Limite máximo de desconto a título de empréstimo consignado na folha de pagamento. Servidor público estadual. Policial militar. Decisão que limitou os descontos em 30% da renda do agravado. Irresignação da parte ré. Descontos relativos a mútuo bancário que não podem ultrapassar o percentual de 30% da renda do servidor. Aplicável, analogicamente, as súmulas 200 e 295 do TJRJ. Precedentes. Ainda que se trate de servidor público estadual, os descontos devem ser limitados ao patamar de 30% dos seus GANHOS LÍQUIDOS. Decreto Estadual 25.547/99. Inaplicabilidade. Prevalência dos preceitos constitucionais do mínimo**

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM

Escritório de Advocacia

existencial, da dignidade da pessoa, da isonomia e da natureza da verba alimentar da remuneração do servidor. **NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO”.**

**“89166-29.2012.8.19.0001 - APELAÇÃO DES. JOAQUIM DOMINGOS DE ALMEIDA NETO - Julgamento: 26/06/2014 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR. Relação de consumo. Rito ordinário. Litisconsórcio passivo facultativo. Contratos de mútuo consignado em folha de pagamento. Pensionista de servidor federal militar. Superendividamento. Absorção de 48% dos ganhos mensais. Pretensão de restrição dos descontos ao patamar de 30% dos proventos líquidos. Verba alimentar. Necessidade de garantia do mínimo existencial. Medida Provisória no 2215- 10/2001, artigo 14, § 3o. Comprometimento de até 70% da remuneração. Tratamento desigual entre iguais. Reforma da sentença de extinção do feito por ilegitimidade passiva ad causam. Tratamento isonômico entre os consumidores contratantes de empréstimo. Preceito constitucional. Limitação dos descontos em 30% dos proventos líquidos do mutuário. Manutenção da sentença de improcedência dos demais pedidos. Precedentes jurisprudenciais deste Tribunal. **RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.** Assim sendo, é à luz dos princípios da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial que os autores requerem a suspensão das cobranças dos débitos referentes a**

[www.alcantarabomm.com.br](http://www.alcantarabomm.com.br)

E-mail: [contato@alcantarabomm.com.br](mailto:contato@alcantarabomm.com.br)

Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

**empréstimos contratados e cobrança de cartão de crédito por 06 (seis) meses e, após o decurso do prazo, a limitação dos descontos no patamar de 30 % (trinta por cento) de seus rendimentos líquidos”. (grifou-se)**

Portanto, o caso em tela enseja na hipótese que justifica a excepcionalidade ao princípio do *pacta sunt servanda*, pois há valores maiores a serem preservados, em especial o direito a uma vida digna.

Conforme já amplamente exposto no tópico dos fatos, está mais do que evidente no caso em comento que a parte autora encontra-se em situação de hiper vulnerabilidade.

É impossível a conservação de uma existência digna quando, no caso em questão, mais de 66% da renda da parte autora está comprometida com o pagamento de dívidas com grandes instituições financeiras.

À luz da dignidade da pessoa humana, o mínimo existencial deve ser preservado, não sendo aceitável, num Estado Democrático de Direito, que privilegia o bem-estar do cidadão em detrimento do poderio econômico das grandes empresas, que o direito à vida digna padeça frente ao direito ao crédito.

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

V.

### DA FORMA DE REPACTUAÇÃO

A pretensão autoral é de limitação de todos os encargos mensais repactuáveis à 30% de sua renda líquida, a fim de que consiga se sustentar com a sua verba salarial.

Seguindo este raciocínio, os encargos provenientes de contratos de empréstimos pessoais e consignados celebrados junto aos Bancos requeridos, devem ter limitação correspondente à 30% **do valor de R\$ 5.564,50 (cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).**

Sendo assim, requer sejam os **descontos mensais** no tocante aos débitos referentes aos contratos celebrados junto aos bancos requeridos limitados à **R\$ 1.669,35 (mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos)**, nos moldes da Lei 14.181/21, e do entendimento jurisprudencial colacionado no que diz respeito ao superendividamento.

VI.

### DA TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR

Conforme consignado, a parte autora não possui nenhuma condição de arcar com suas dívidas junto aos bancos credores sem comprometer sua subsistência. Tal circunstância coloca em risco inclusive sua dignidade, o que requer seja considerado por esse D. Juízo.

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893







LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

A tutela de urgência cautelar se presta a assegurar um direito que corre risco de ser violado. Segundo Câmara, ***“é a tutela provisória urgente destinada a assegurar o futuro resultado útil do processo, nos casos em que uma situação de perigo ponha em risco sua efetividade”***<sup>1</sup>, ou seja, é uma resposta jurisdicional que se destina a proteger a capacidade do processo de produzir resultados.

Ao teor do Art. 300, do Código de Processo Civil, a tutela de urgência cautelar será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Além disso, o perigo de irreversibilidade, constante no Art. 300, § 3º, CPC é inexistente. A parte autora não se nega a pagar o que deve, pelo contrário, busca repactuar suas obrigações de forma a ser possível adimpli-las, o que é feito com base na norma presente no CDC, introduzidas pela Lei 14.181/2021.

Seguindo esse raciocínio, é clara a compreensão de que limitar os descontos em 30% da renda líquida da parte autora não é quantia suscetível de gerar dano nenhum aos bancos requeridos, mas em contrapartida, permitirá que a parte autora utilize a sua renda como verba alimentar, garantindo o seu sustento básico, o que deve ser prioridade.

---

<sup>1</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 160.





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

Quanto a probabilidade do direito, temos que a Lei do Superendividamento foi incorporada ao CDC para estabelecer normas que buscam a proteção do consumidor, conforme disposto no Art. 54-A, §1º:

***§ 1º Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.***

Este é exatamente o caso da requerente, que se vê diante da necessidade de propor a presente demanda judicial para repactuar suas obrigações e conseguir viver com dignidade e com seu nome limpo, podendo retornar a participar do mercado de consumo.

Em específico, se está diante de uma situação de hiper vulnerabilidade da AUTORA em face dos RÉUS. Conforme estipula o CDC em seu Art. 4º, inciso I:

***“Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: “***

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

***I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;"***

A isso se acresce os incisos IX e X incluídos pela Lei nº 14.181/2021, que trata sobre o superendividamento:

***"IX - fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores;  
X - prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor."***

Portanto, em face da vulnerabilidade de fato, o consumidor merece a proteção jurídica da legislação. No caso, a requerente preenche todos os requisitos para se enquadrar na lei do superendividamento.

O superendividamento impede que a parte autora possa fruir de direitos fundamentais básicos como a proteção de um mínimo existencial.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que os Tribunais Pátrios têm concedido medidas de urgência semelhantes, limitando os descontos em 30% da renda líquida de pessoas superendividadas, sendo inequívoco o Direito pleiteado. Nesse sentido:

***Agravo de Instrumento. Decisão que deferiu o pedido de tutela provisória de urgência, para o fim de determinar***

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





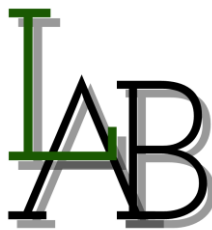
LUCIANO ALCÂNTARA BOMM

Escritório de Advocacia

***que os réus se abstivessem de efetuar na conta corrente do autor, descontos em valores superiores a 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos líquidos, sob pena de multa mensal correspondente ao dobro de cada desconto indevido. Inconformismo de um dos réus. A fixação do percentual em 30% (trinta por cento) dos rendimentos do agravado, a fim de limitar os referidos descontos, evitando o comprometimento da sua própria subsistência, é medida que se revela em harmonia com os princípios do mínimo existencial e da dignidade humana. Inteligência que se extrai da Súmula 295 deste Egrégio Tribunal de Justiça. In casu, as provas trazidas aos autos foram suficientes para convencer o magistrado a quo da verossimilhança das alegações formuladas pelo demandante, correto se revela o deferimento da medida pleiteada. Trata-se de ato judicial que não é teratológico nem contrário à lei ou à evidente prova dos autos. Manutenção do decisum que se impõe, na forma da Súmula 59 desta Corte de Justiça. Recurso a que se nega provimento, nos termos do artigo 932, inciso IV, alínea a, do Código de Processo Civil. AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 0019933-61.2017.8.19.0000***

***“0021500-64.2016.8.19.0000 - AGRADO DE INSTRUMENTO DES. SERGIO SEABRA VARELLA - Julgamento: 22/06/2016 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR. Agravo de instrumento. Relação de Consumo. Limite máximo de***





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM

Escritório de Advocacia

***desconto a título de empréstimo consignado na folha de pagamento. Servidor público estadual. Policial militar. Decisão que limitou os descontos em 30% da renda do agravado. Irresignação da parte ré. Descontos relativos a mútuo bancário que não podem ultrapassar o percentual de 30% da renda do servidor. Aplicável, analogicamente, as súmulas 200 e 295 do TJRJ. Precedentes. Ainda que se trate de servidor público estadual, os descontos devem ser limitados ao patamar de 30% dos seus GANHOS LÍQUIDOS. Decreto Estadual 25.547/99. Inaplicabilidade. Prevalência dos preceitos constitucionais do mínimo existencial, da dignidade da pessoa, da isonomia e da natureza da verba alimentar da remuneração do servidor. NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO”.***

***“89166-29.2012.8.19.0001 - APELAÇÃO DES. JOAQUIM DOMINGOS DE ALMEIDA NETO - Julgamento: 26/06/2014 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR. Relação de consumo. Rito ordinário. Litisconsórcio passivo facultativo. Contratos de mútuo consignado em folha de pagamento. Pensionista de servidor federal militar. Superendividamento. Absorção de 48% dos ganhos mensais. Pretensão de restrição dos descontos ao patamar de 30% dos proventos líquidos. Verba alimentar. Necessidade de garantia do mínimo existencial. Medida Provisória no 2215- 10/2001, artigo 14, § 3o. Comprometimento de até 70% da remuneração.***

[www.alcantarabomm.com.br](http://www.alcantarabomm.com.br)

E-mail: [contato@alcantarabomm.com.br](mailto:contato@alcantarabomm.com.br)

Tel: (41) 98830-3893

20



Este documento foi gerado pelo usuário 375.\*\*\*.\*\*\*-89 em 18/03/2024 05:30:52

Número do documento: 24031514493066100000173939548

<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24031514493066100000173939548>

Assinado eletronicamente por: LUCIANO ALCANTARA BOMM - 15/03/2024 14:49:31

Num. 190136530 - Pág. 20



LUCIANO ALCÂNTARA BOMM

Escritório de Advocacia

***Tratamento desigual entre iguais. Reforma da sentença de extinção do feito por ilegitimidade passiva ad causam. Tratamento isonômico entre os consumidores contratantes de empréstimo. Preceito constitucional. Limitação dos descontos em 30% dos proventos líquidos do mutuário. Manutenção da sentença de improcedência dos demais pedidos. Precedentes jurisprudenciais deste Tribunal. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Assim sendo, é à luz dos princípios da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial que os autores requerem a suspensão das cobranças dos débitos referentes a empréstimos contratados e cobrança de cartão de crédito por 06 (seis) meses e, após o decurso do prazo, a limitação dos descontos no patamar de 30 % (trinta por cento) de seus rendimentos líquidos". (grifou-se)***

Sendo assim, resta caracterizada a probabilidade do direito, assim como o perigo de dano, uma vez que qualquer demora colocará a parte autora em situação totalmente insustentável.

Assim, os descontos mensais no tocante aos débitos referentes aos contratos celebrados junto aos Bancos requeridos deverão ser limitados **R\$ 1.669,35 (mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos)** mensais, correspondente a 30% da sua renda líquida, nos moldes da Lei

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM

Escritório de Advocacia

14.181/21, e do entendimento jurisprudencial colacionado no que diz respeito ao superendividamento.

Não obstante, liminarmente, para o correto prosseguimento do feito, é necessário determinar: **(i)** a suspensão da exigibilidade dos demais valores devidos, ao menos até a realização da audiência de conciliação prevista no artigo 104-A do CDC; **(ii)** aos demandados que se abstenham de incluir o nome da parte autora em cadastros de restrição de crédito, tais como SERASA, SPC e afins; **(iii)** que os bancos requeridos apresentem todos os instrumentos contratuais das dívidas que se pretende repactuar, contendo o número dos contratos, a quantidade total de parcelas, e o valor das parcelas, bem como; **(iv)** que os Bancos requeridos apresentem a evolução da dívida, informando quantas parcelas já foram adimplidas pela parte autora, de modo a possibilitar a posterior confecção de Plano de Pagamento.

## VII.

## REQUERIMENTOS

Ante ao exposto, requer se digne Vossa Excelência, com a máxima vênica:

a) determinar a concessão dos benefícios da justiça gratuita, diante da declaração de hipossuficiência anexa (arts. 98 e 99, CPC);

[www.alcantarabomm.com.br](http://www.alcantarabomm.com.br)

E-mail: [contato@alcantarabomm.com.br](mailto:contato@alcantarabomm.com.br)

Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

b) determinar a concessão da **TUTELA DE URGÊNCIA**, liminarmente e sem a oitiva da parte adversa, para:

- i. **seja determinada a suspensão da exigibilidade das dívidas com as instituições financeira requeridas, aos menos até a audiência de conciliação,** ou então que as cobranças de seus empréstimos pessoais e consignados sejam limitados ao patamar de 30% de sua renda líquida, o que representa o valor **R\$ 1.669,35 (mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos)**, garantindo que a parte autora possa preservar o sustento familiar e o mínimo existencial;
- ii. que os bancos requeridos se abstenham de incluir o nome da parte autora em cadastros de restrição de crédito pelas dívidas aqui discutidas, sob pena de multa diária a ser arbitrada por este d. Juízo;
- iii. que os bancos requeridos apresentem todos os instrumentos contratuais das dívidas que se pretende repactuar, contendo o número dos contratos, a quantidade total de parcelas, e o valor das parcelas, bem como;
- iv. que os bancos requeridos apresentem a evolução da dívida, informando quantas parcelas já foram

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893







LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

adimplidas pela parte autora, de modo a possibilitar a posterior confecção de Plano de Pagamento.

c) determinar a citação e intimação das partes demandadas, para comparecer à audiência de conciliação prevista no artigo 104-A do CDC;

d) determinar, ante a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, a inversão do ônus da prova em seu benefício, conforme o disposto no artigo 6º, VIII, do CDC;

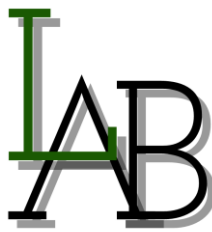
e) protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitido, em especial, protesta pela produção de prova testemunhal e documental, inclusive com a juntada de novos documentos que se fizerem necessários ao deslinde da presente demanda;

f) ao final, na hipótese de acordo parcial ou inexistência de acordo, **determinar** a conversão do feito em “***processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas***” conforme expressamente previsto no artigo 104-B do CDC, homologando-se o plano de pagamento a ser apresentado e **julgando procedente a demanda**;

g) requer ainda a revisão dos contratos firmados entre as partes para ajustar os juros remuneratórios à taxa média de mercado apurada pelo Banco Central, de forma que os juros

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893





LUCIANO ALCÂNTARA BOMM  
Escritório de Advocacia

viabilizem o pagamento pela parte autora, respeitando os ditames constitucionais citados, dentre eles o da dignidade da pessoa humana.

h) a condenação dos requeridos ao pagamento de honorários advocatícios, no importe de 20% (vinte por cento) do proveito econômico obtido em razão da causa.

Dá-se à causa o valor de R\$ 198.133,18 (cento e noventa e oito mil e cento e trinta e três reais e dezoito centavos).

Nestes termos,  
pede deferimento.

Guará/DF, 15 de março de 2024.

**LUCIANO ALCÂNTARA BOMM**  
**OAB/PR 72.857**

www.alcantarabomm.com.br  
E-mail: contato@alcantarabomm.com.br  
Tel: (41) 98830-3893

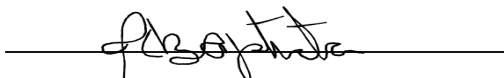


# PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: MARISA DA COSTA BAPTISTA**, brasileira, aposentada, portadora da Cédula de Identidade nº 605579, inscrita no CPF/MF sob o nº 225.114.821-34, residente e domiciliada na QI 06, conjunto Q, casa 15 fundos, Guará/DF, CEP 71010-174;

**OUTORGADO: LUCIANO ALCANTARA BOMM**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob nº 72.857, com escritório profissional na Av. Cândido de Abreu, nº 427, Centro Cívico, Curitiba/PR, CEP 80530-000, onde recebe notificações, a quem confere os mais amplos poderes para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda poderes especiais para confessar, desistir, renunciar direitos, transigir, firmar compromissos ou acordo, receber e dar quitação, propor Execução, habilitar crédito, ação ordinária, procedimento sumário, ação rescisória, embargos, agravos; com poderes expressos para firmar pedido de justiça gratuita, a fim de obter isenção de pagamento de custas e demais despesas processuais; podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgante, **exclusivamente para propor e representar os interesses da outorgante na ação de renegociação de dívidas (Lei nº 14.181/2021) contra quem de direito.**

Guará/DF, 07 de março de 2024.



**MARISA DA COSTA BAPTISTA**

# contrato + procuração- marisa da costa baptista - março2024.pdf

Documento número 0d014cb6-3bb0-4346-b004-e71f7768fd56



## Assinaturas

✓ Marisa da Costa Baptista  
Assinou

Pontos de autenticação:  
Assinatura na tela  
IP: 138.0.247.242 / Geolocalização: -15.817592, -47.986779  
Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K)  
AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/122.0.0.0  
Mobile Safari/537.36  
Data e hora: Março 07, 2024, 17:57:06  
E-mail: marisabap@gmail.com  
Telefone: + 5561981997524  
ZapSign Token: 3cb20641-\*\*\*\*\*-\*\*\*\*\*-99f68fd65dcf



Assinatura de Marisa da Costa Baptista



Hash do documento original (SHA256):  
72cc160eac3b81b1c3f088c00d31f6e58f0e459da49a469bff7d2b8457e7b678  
Verificador de Autenticidade:  
<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=0d014cb6-3bb0-4346-b004-e71f7768fd56>  
Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):  
<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>



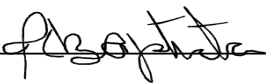
Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação 0d014cb6-3bb0-4346-b004-e71f7768fd56, conforme os Termos de Uso da ZapSign em zapsign.com.br



# DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA


**MARISA DA COSTA BAPTISTA**, brasileira, aposentada, portadora da Cédula de Identidade nº 605579, inscrita no CPF/MF sob o nº 225.114.821-34, residente e domiciliada na QI 06, conjunto Q, casa 15 fundos, Guará/DF, CEP 71010-174, declaro para todos os efeitos legais, que não possuo condições econômicas de arcar com eventuais despesas processuais da demanda que estou promovendo, sem prejuízo de meu sustento próprio.

Guará/DF, 07 de março de 2024.



**MARISA DA COSTA BAPTISTA**



		<div>COMPROVANTE DE RENDIMENTOS - FOLHA NORMAL</div> <div>DEP.DE CENTRAL.SERV.DE INATIVOS E PENS.</div>						
SIGLA DA UPAG DECIP/SGP		UF DF	REG. JURÍDICO EST	SITUAÇÃO FUNCIONAL APOSENTADO		SIGLA DA UORG EX-MPDG		UF DF
NOME DO SERVIDOR MARISA DA COSTA BAPTISTA				MAT. SIAPE 0160754		IDENT. ÚNICA 001607545		
CARGO/EMPREGO AGENTE ADMINISTRATIVO			CLASSE S	REF/PADRAO/NIVEL III		FUNÇÃO *****		
DEPENDENTE S.F. 00		DEPENDENTE IR 00		A.T.S.(%) 14	CPF 22511482134		MÊS/ANO PAGAMENTO FEV 2024	
CONTA PARA RECEBIMENTO DE SALÁRIO					CONTA PARA OUTRAS OPERAÇÕES			
BANCO 756	AGÊNCIA 042030	CONTA SALÁRIO 0000000013013			BANCO 756	AGÊNCIA 042030	CONTA 0000000010197	
PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DE APOSENTADORIA								
FUNDAMENTO LEGAL *****				GRUPO ***	CARGO ***	CLASSE *	REF/PAD/NIV ***	
TIPO	DISCRIMINAÇÃO				PRAZO		VALOR	
RENDIMENTOS	PROVENTO BASICO						2.338,30	
	ANUÊNIO-ART.244,LEI 8112/90 AP						327,36	
	GIAPU - LEI 11.095/05 AP						2.898,84	
DESCONTOS	EMPREST BCO PRIVADOS - PAN				087		115,25	
	EMPRESTIMO COOPERAT - COOPERPLAN				084		272,08	
	EMPRESTIMO COOPERAT - COOPERPLAN				080		1.620,54	
	AMORT CARTAO CREDITO - PAN				001		228,11	
	AMORT CARTAO BENEFICIO - EAGLE				095		217,92	
Eduque-se financeiramente: Portal do Servidor/Gestão de Pessoas/Capacitação/Educação Financeira.								
BASE CÁLCULO DO TETO 0,00		BASE CÁLCULO DO I.R. 0,00		DEPÓSITO FGTS 0,00		BRUTO 5.564,50		DESCONTO 2.453,90
						LÍQUIDO 3.110,60		
Autenticação Nº A0FC.2E1D.C043.AABD.82CB.3F0F Data de emissão: 06/03/2024 10:05:31								
Este contracheque foi impresso pelo Sigepe, de acordo com a Portaria SRH/MP Nº 1.825, de 19/09/2007, tendo fé pública em todo território nacional. Vale como original. Para conferir a autenticidade acessar o serviço de autenticação de documentos disponível no link gov.br/servidor.								

